

Adjuncto do Procurador Geral da Coroa - José de Cu-
perino de Aguiar Melins.

Leu-se de 15 de Março de 1837 sobre
o Officio Confidencial do Administra-
dor Geral do Districto de Porto.

Senhora - Não sendo por nenhuma Lei privados
do exercicio dos direitos pollyticos, nem inhibidos de
votar e ser votados para Vereadores as Cidadãos su-
peitos de apinios favoraveis a usurpação, e contra-
rias ao Governo Representativo, entendendo que o Gover-
no não pode estabelecer hum exclusão que não
está marcada na Lei. As Authoridades Adminis-
trativas devem cuidar todas as meias de sua
influencia, para impedir que taes individuos sa-
ão electos para as corporações Electivas, e quando não
conrigão, a dissolução das corporações he o unico meio
legal de reparar este mal. A exclusão proposta
sobre ser transcendente do poder do Governo, o
fferece hum exemplo de funestas consequencias,
porque aberto a porta para hum exclusão, pode-
mo com facilidade introduzir-se outras, e todas
as direitos Pollyticos dos Portuguezes ficarão assim
nas mãos do Governo. Avista do exposto, Vossa
Majestade mandará o mais justo - Lisboa 17
de Março de 1837 - O Adjuncto do Procurador
Geral da Coroa - José de Cupeirino de Aguiar
Melins